

CHAMADA 01/2017

Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em Saúde/PPSUS – CE FUNCAP-SESA-Decit/SCTIE/MS-CNPq

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará (Funcap), em parceria com o Ministério da Saúde (MS), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (Decit/SCTIE/MS), com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA), tornam pública a presente Chamada e convidam pesquisadores a apresentarem projetos de pesquisa, no âmbito do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS), nos termos aqui estabelecidos e em conformidade com o anexo REGULAMENTO/DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, parte integrante desta Chamada.

1.1 ESCOPO

O Brasil apresenta dimensões continentais e abriga cerca de 200 milhões de pessoas, distribuídas em cinco regiões geográficas, fortemente marcadas por desigualdades socioeconômicas, diferentes perfis epidemiológicos, diversidades culturais, climáticas e distintos hábitos e costumes de vida. Essas disparidades regionais motivaram a destinação de investimentos financeiros voltados a cada Unidade Federativa (UF) em particular. Nessa perspectiva, o MS, por intermédio do Decit/SCTIE estruturou o PPSUS, cujo pressuposto reside no atendimento às peculiaridades e especificidades de cada uma das UF brasileiras, na perspectiva do fortalecimento da Política Nacional de Saúde.

O PPSUS tem por finalidade fortalecer as capacidades locais de pesquisa, apoiar o desenvolvimento de projetos que busquem soluções para os problemas e necessidades dos sistemas e serviços de saúde, desconcentrar o investimento destinado à Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&IS) e financiar pesquisas em temas prioritários em saúde.

O PPSUS envolve parcerias de instituições federais e estaduais. A coordenação nacional do programa está sob a responsabilidade do MS, por meio do Decit/SCTIE, o CNPq é responsável pelo gerenciamento administrativo do PPSUS. Na esfera estadual, a Funcap operacionaliza juntamente com a SESA, e cofinanciam o programa.

Para a operacionalização do Programa são transferidos recursos financeiros do MS ao CNPq, que, por sua vez, repassa às Fundações de Amparo e/ou Apoio à Pesquisa do país. Estas fundações

são os agentes executores do Programa em cada UF. Cabe a essas, em parceria com as respectivas Secretarias Estaduais de Saúde, lançar as chamadas para seleção de projetos de pesquisa em temas considerados relevantes para o sistema local de saúde e em consonância com as prioridades estabelecidas na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) do MS.

O desenvolvimento do PPSUS possibilita, portanto, a aproximação entre os sistemas estaduais de ciência e tecnologia, de saúde e a mobilização da comunidade acadêmica da área para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em temas considerados prioritários, tendo como parâmetro as necessidades reais de saúde da população brasileira.

1.2 OBJETIVO

A presente chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante o financiamento de projetos de pesquisa relacionados ao objeto abaixo indicado, selecionados em conformidade com as condições estabelecidas no REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, anexo a esta Chamada, que determinará, também, condições e requisitos relativos ao proponente, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados nas propostas aprovadas, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade, critérios e parâmetros objetivos de julgamento e demais informações necessárias.

OBJETO

Apoiar a execução de projetos de pesquisa que promovam a formação e a melhoria da qualidade de atenção à saúde no Estado do Ceará no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), representando significativa contribuição para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no Estado do Ceará.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Propor ferramentas de gestão da política pública de pesquisa em saúde;
- b) Identificar os problemas de saúde que dependem de conhecimento científico e tecnológico para a sua resolução;
- c) Direcionar os investimentos de CT&IS para atender às necessidades de aperfeiçoamento do SUS;
- d) Fortalecer os grupos de pesquisa e os programas de pós-graduação em saúde existentes no Estado do Ceará nas linhas de pesquisa definidas; e
- e) Fortalecer o Sistema de Saúde e de CT&IS no Estado de Ceará, por meio de ações em parcerias setoriais e intersetoriais.

2. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

2.1 As propostas devem ser apresentadas sob a forma de projetos de pesquisa e enviadas em versão eletrônica e impressa. O envio das propostas por meio eletrônico deve ser realizado em 02 (dois) sistemas, o primeiro através do Formulário eletrônico contido no Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde (SISC&T), disponível na página do MS, no endereço <http://www.saude.gov.br/sisct> (link “PPSUS - Programa Pesquisa para o SUS”/“Chamada 01/2017 - Funcap-PPSUS”) e o segundo através da Plataforma Montenegro, no endereço <http://montenegro.funcap.ce.gov.br/sugba/>, a partir da data indicada no subitem 1.3 (CRONOGRAMA) do regulamento. Além do envio do formulário eletrônico, a submissão da proposta requer também a entrega de Documentação Complementar (impressa), descrita no subitem 2.3 (REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS).

2.2 As propostas devem ser transmitidas até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem 1.3 (CRONOGRAMA) do regulamento, entretanto o suporte técnico estará disponível até 17h00 (dezesete horas) da data final. O proponente receberá, após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da transmissão.

2.3 A Documentação Complementar (impressa), descrita no item 2. (CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE) do REGULAMENTO, deverá ser entregue no Setor de Protocolo da **Funcap (Av. Oliveira Paiva, 941 - Cidade dos Funcionários, Fortaleza-CE - CEP: 60.822-130)**, até às 17h00 (dezesete horas), horário de Fortaleza, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem 1.3 (CRONOGRAMA) do REGULAMENTO, em envelope identificado com os seguintes informações:

CHAMADA Nº 01/2017 – PPSUS 2017
PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE
NOME DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE
TÍTULO DO PROJETO
EIXO E LINHA TEMÁTICA A QUE CONCORRE
NOME DO COORDENADOR

2.4 A documentação complementar poderá também ser remetida por correio, através de serviço de encomenda expressa. Neste caso, a data limite para a postagem será a mesma da entrega direta a que se refere o item anterior.

2.5 Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco fora dos prazos estabelecidos no subitem 1.3 (CRONOGRAMA) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.

2.6 Serão rejeitadas na Etapa de Pré-qualificação, qualquer proposta que não cumprir rigorosamente o estabelecido no item 2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE, do REGULAMENTO, bem como os prazos estabelecidos.

2.7 É vedada, sob qualquer pretexto, a juntada de itens ou documentos após a entrega da proposta e sua recepção pela Funcap.

2.8 Será aceita uma única proposta por proponente.

2.9 Em se constatando propostas idênticas, ainda que de proponentes diferentes, as mesmas serão desclassificadas.

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1 As propostas aprovadas serão financiadas com recursos a serem repassados pelo CNPq oriundos do Decit/SCTIE/MS, nas rubricas de capital (25%) e custeio (75%), e por recursos da Funcap, destinados a capital, custeio e bolsas. As propostas apresentadas deverão, preferencialmente, manter essa proporcionalidade.

3.2 No item 1.5 REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS são definidas as condições, regras, limites e itens passíveis de financiamento.

4. ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas à Funcap, em atendimento a esta Chamada, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

4.1 ETAPA I – PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Esta etapa, a ser realizada pela área técnica da Funcap, consiste no enquadramento e na pré-análise das propostas apresentadas. Será verificado o atendimento ao item 1.2 (PROPONENTE), ao item 1.4 (RECURSOS FINANCEIROS), ao item 1.5 (ITENS FINANCIÁVEIS) e às recomendações do item 2. (CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, sendo efetuada a análise quanto à adequação da proposta à presente Chamada.

4.2 ETAPA II - ANÁLISE POR PARECERISTAS AD HOC

Esta etapa consistirá na análise aprofundada da demanda qualificada, quanto ao mérito técnico-científico e relevância das propostas, a ser realizada por Consultores *ad hoc* que se manifestarão

individualmente sobre os tópicos relacionados no item 3 (CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO) do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, a fim de subsidiar a análise da comissão de especialistas.

4.3 ETAPA III – ANÁLISE POR COMISSÃO DE ESPECIALISTAS

4.3.1 As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa considerando as análises das etapas 4.1 e 4.2 desta Chamada, e os Critérios para Julgamento, indicados no item 3 do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, que serão pontuados por uma Comissão de Especialistas, que será composta por pesquisadores doutores, uma parte deles vinculados a instituições de outras unidades da federação, com qualificação nas respectivas linhas temáticas constantes nesta Chamada.

4.3.2 A Comissão de Especialistas, caso considere pertinente, poderá estabelecer um ponto de corte tendo como referência as notas obtidas na etapa anterior de avaliação (pareceres ad hoc). Após a análise de mérito técnico-científico e relevância socio sanitária de cada proposta e da adequação de seu orçamento, a Comissão de Especialistas poderá recomendar:

- a) a aprovação da proposta, com ou sem cortes orçamentários; ou
- b) a não aprovação da proposta.

4.3.3 Não é permitido integrar a Comissão de Especialistas o pesquisador que tenha apresentado propostas a esta Chamada, ou que participe da equipe do projeto.

4.3.4 É vedado a qualquer membro da Comissão julgar propostas de projetos em que:

- a) haja interesse direto ou indireto seu;
- b) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau; ou
- c) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

4.3.5 O parecer da Comissão de Especialistas sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado no SISC&T, contendo a relação das propostas julgadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, assim como outras informações e solicitações julgadas pertinentes quanto à relevância socio sanitária das propostas. Para propostas recomendadas, será indicado o valor adequado para financiamento e as justificativas para os cortes orçamentários.

Para propostas não recomendadas, será emitido parecer consubstanciado contendo as justificativas. Os formulários deverão ser assinados pela maioria de membros da Comissão de Especialistas.

4.4 ETAPA IV - ANÁLISE E APROVAÇÃO FINAL PELO COMITÊ GESTOR DO PPSUS - CE

4.4.1 O Comitê Gestor do PPSUS-CE, composto paritariamente por representantes do Decit/SCTIE/MS, do CNPq, da Funcap e da SESA, é a instância final de deliberação sobre os projetos aprovados pela Comissão de Especialistas, observados os limites orçamentários desta Chamada. O objetivo precípua da reunião do Comitê Gestor é a análise da relevância social, a homologação do resultado da Comissão de Especialistas e a análise orçamentária dos projetos recomendados pela CE.

4.4.2 Para a análise orçamentária do Comitê Gestor deverão ser considerados os seguintes aspectos:

- a) conhecimento da infraestrutura das instituições proponentes pelos representantes estaduais no Comitê;
- b) conhecimento de outras fontes de financiamento para determinado projeto pelos representantes estaduais no Comitê;
- c) coerência entre os valores solicitados para os diversos itens e os preços praticados no mercado;
- d) pertinência das despesas de capital e custeio às necessidades de desenvolvimento do projeto;
- e) adequação das despesas de capital e custeio com os percentuais definidos na Chamada.

4.4.3 Ao Decit/MS é reservado o direito de decisão em caso de empate e outras situações não previstas nas reuniões do Comitê Gestor.

4.4.4 Será utilizado um formulário padrão para registrar o parecer do Comitê de acordo com a prioridade alcançada. O Comitê poderá promover adequações no orçamento e cronograma propostos.

4.4.5 Concluídos os trabalhos de julgamento, será elaborada uma Ata da Reunião do Comitê Gestor, contendo a relação dos projetos aprovados e dos não aprovados.

5. RESULTADO DO JULGAMENTO

5.1 A relação dos projetos aprovados para apoio com recursos financeiros da presente Chamada será divulgada no endereço eletrônico da Funcap (<http://www.funcap.ce.gov.br>).

5.2 O resultado publicado poderá vir a ser modificado em função de deliberação ulterior sobre os recursos administrativos eventualmente interpostos após a publicação.

6. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1 Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso em formulário específico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recepção do parecer negativo, em uma das duas seguintes formas:

- a) enviar o recurso pelo correio comum, obrigatoriamente em correspondência registrada com aviso de recebimento (AR); ou
- b) protocolar o recurso na sede da Funcap.

6.2 O recurso ou pedido de reconsideração deverá estritamente contrapor o motivo do indeferimento, não incluindo fatos novos, que não tenham sido objeto de análise de mérito e relevância anterior, além de ser dirigido à Diretoria Científica da Funcap que, após exame, encaminhará para deliberação final do Conselho Executivo da Funcap, ouvidos os outros membros do Comitê Gestor do PPSUS-CE.

6.3 Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente na Funcap.

6.4 O resultado sobre a reconsideração será definitivo, não cabendo qualquer outro recurso.

7. DA CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS

7.1 Os projetos aprovados serão contratados em nome do Coordenador, com a aceitação da entidade por ele representada (instituição de execução do projeto), mediante assinatura de Termo de Concessão e Aceitação a Projeto de Pesquisa, onde as partes assumirão, fundamentalmente, os seguintes compromissos:

a) Coordenador do Projeto:

- Responsabilidade por todas as obrigações contratuais, permitindo que a Funcap, a qualquer tempo, possa confirmar a veracidade das informações prestadas;
- Fornecer as informações solicitadas pela Funcap para o bom acompanhamento do desenvolvimento do projeto aprovado.

b) Instituição de Execução do Projeto:

- Fiscalização e acompanhamento da execução do projeto, adotando todas as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento, sendo responsável solidária pelas obrigações contratuais.

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Av. Oliveira Paiva, 941, Fortaleza/CE - Fax - 3275-7862

Tel: (85) 3101-2170 / 3275-9115 / 3275-2901

Site: www.funcap.ce.gov.br - Email: funcap@funcap.ce.gov.br

7.2 Os documentos aprobatórios do Comitê de Ética, da Comissão de Biossegurança, do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, do Uso Científico de Animais e outras determinações legais, quando pertinentes, deverão ser enviados à Funcap pelo Coordenador do projeto aprovado, como pré-condição para concessão do auxílio.

7.3 Constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto: (1) a existência de alguma inadimplência do proponente com a administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta; e (2) pendência de entrega de Relatório Técnico de Projeto executado com apoio da Funcap em chamadas anteriores, não regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a divulgação do resultado final.

7.4 Serão cancelados os projetos aprovados e não contratados após 90 dias do prazo de divulgação do resultado final desta Chamada.

7.5 A liberação dos recursos financeiros dos projetos contratados ocorrerá em até duas parcelas iguais, sendo a primeira logo após a contratação do projeto. A liberação da segunda parcela está sujeita à prestação de contas parcial dos recursos da primeira parcela e à aprovação da mesma pela Funcap.

8. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pelo Conselho Executivo da Funcap, ouvidos os outros membros do Comitê Gestor do PPSUS, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

9. PUBLICAÇÕES

9.1 As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pela presente Chamada deverão citar, obrigatoriamente, a fonte de financiamento realizada pelo Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde - PPSUS e a utilização da logomarca específica dos parceiros: Decit/SCTIE/MS, por intermédio do CNPq, o apoio da Funcap e SESA.

9.2 As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, bem assim aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República – atualmente a IN/SECOM-PR n.º 31, de 10 de setembro de 2003.

9.3 A produção científica resultante dos projetos apoiados (capítulo de livros publicados, textos em jornais ou revistas, trabalhos publicados em anais de congresso e demais tipos de produção técnica ou bibliográfica) deverá ser enviada para o endereço eletrônico: ppsus@saude.gov.br

9.4 O proponente deverá comunicar à Funcap, imediatamente, a publicação de artigos científicos e a defesa nos casos de mestrado e doutorado, e terá o prazo de 06 (seis) meses para enviar cópia da publicação ou da carta de aceite do manuscrito assinada pelo Editor Chefe do periódico.

9.5 A produção científica resultante dos projetos apoiados (capítulo de livros publicados, textos em jornais ou revistas, trabalhos publicados em anais de congresso e demais tipos de produção técnica ou bibliográfica) deverá ser informada no relatório técnico-científico enviado à Funcap e uma cópia deve ser enviada à SESA.

9.6 Na conclusão do projeto, o Coordenador deverá produzir um artigo sobre os principais resultados do estudo com foco na sua aplicabilidade ao SUS, para público-alvo composto por gestores de saúde. O Trabalho será submetido ao comitê editorial, podendo ser publicados na revista anual do PPSUS.

10. IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA

10.1 Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

10.2 A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Científica da Funcap, por correspondência eletrônica, para o endereço: direc@funcap.ce.gov.br.

11. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA

A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do Conselho Executivo da Funcap, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

12.1 É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

12.2 Coordenadores de projetos de pesquisa, relacionados à biodiversidade, devem observar a legislação em vigor (MP nº 2.186/01, Decreto nº 3.945/01, Decreto nº 98.830/90, Portaria MCT nº 55/90 e Decreto nº 4.946/03) para autorizações de acesso, coleta e remessa de amostras e concessão de vistos de entrada no país aos estrangeiros participantes do projeto.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com a Funcap deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica dirigida à Diretoria Científica (ppsus@funcap.ce.gov.br).

13.2 Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada à Funcap por seu coordenador, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada antes de sua efetivação.

13.3 Ao final da vigência, o proponente deverá apresentar a prestação de contas financeira e o relatório técnico-científico, em conformidade com o estabelecido no **Termo de Concessão e Aceitação de Auxílio a Projeto de Pesquisa** e demais normas da Funcap.

13.4 O projeto será avaliado em todas as suas fases, nos termos definidos no **Termo de Concessão e Aceitação de Auxílio a Projeto de Pesquisa**.

13.5 A Funcap reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento do Programa.

13.6 As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do Decit/SCTIE/MS e Funcap serão de domínio público.

13.7 Caso os resultados do projeto ou o relatório em si venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-á de acordo com o estabelecido na Lei

nº. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

13.8 A presente Chamada regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, pelas normas internas do CNPq e da Funcap.

13.9 Os projetos não contratados, porém com mérito reconhecido, poderão ser objeto de futuras contratações na hipótese de obtenção de recursos adicionais aportados diretamente à Funcap ou na eventual desistência de projetos aprovados.

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

14.1 Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada e sobre o preenchimento do Formulário de Proposta poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico e telefones indicados em item específico do REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.

15. CLÁUSULA DE RESERVA

O Conselho Executivo da FUNCAP reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada, ouvido o Comitê Gestor do PPSUS quando pertinente.

Fortaleza, 12 de abril de 2017.

Tarcisio Haroldo Cavalcante Pequeno
Presidente da Funcap

CHAMADA 01/2017

Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em Saúde/PPSUS – CE FUNCAP-SESA-Decit/SCTIE/MS-CNPq

REGULAMENTO CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

O presente REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS tem por finalidade definir as atividades a serem apoiadas financeiramente, e as condições para implementação do apoio, mediante a seleção, por Chamada, de propostas para execução de projetos.

1. DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1.1 Do objeto

Apoiar a execução de projetos de pesquisa que promovam a formação e a melhoria da qualidade de atenção à saúde no Estado do Ceará no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), representando significativa contribuição para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no Estado.

1.2 Proponente

1.2.1 Poderão apresentar propostas pesquisadores doutores, doravante denominados “proponentes”, vinculados à instituição de ensino e/ou pesquisa sediadas no Estado do Ceará, de natureza como as abaixo elencadas.

1.2.2 A instituição de vínculo do proponente, sediada obrigatoriamente no Estado do Ceará, doravante denominada “Instituição de Execução do Projeto”, deverá se enquadrar em um dos seguintes perfis:

- a) instituições de ensino superior, públicas ou privadas sem fins lucrativos;
- b) institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento, públicos ou privados sem fins lucrativos;

- c) empresas públicas, que executem atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação. Todos constituídos sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no Ceará.

1.2.3 O proponente será, necessariamente, o Coordenador do projeto.

1.2.4 Ao apresentar a proposta o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

1.2.5 Coordenadores, ou participantes de equipe na condição de **pesquisadores**, de projetos aprovados nas Chamadas 07/2013 ou 11/2013 – PPSUS-FUNCAP/SESA/MS/CNPq, **não** poderão submeter, a esta Chamada, projeto semelhante àquele já financiado.

1.2.5.1 Caso o proponente *coordene*, ou participe da equipe, na condição de *pesquisador*, de projeto aprovado nas Chamadas 07/2013 ou 11/2013 - PPSUS-FUNCAP/SESA/MS/CNPq, este deverá incluir **obrigatoriamente**, e **separadamente** do corpo do projeto, informações que explicitem e justifiquem as diferenças entre o projeto já financiado e o projeto da proposta ora submetida. O grau de semelhança entre os projetos será avaliado pela Comissão de Especialistas (Etapa III do Item 4 desta Chamada). A não obediência a essa exigência da Chamada implicará na imediata desqualificação da proposta (Etapa I do Item 4 desta Chamada).

1.3 CRONOGRAMA

Atividades	Data
Lançamento da Chamada na página da Funcap (www.funcap.ce.gov.br)	12/04/2017
Postagem da Chamada e abertura do Formulário de Propostas Online na página do SISC&T (http://www.saude.gov.br/sisct) e na Plataforma Montenegro (montenegro.funcap.ce.gov.br/sugba/)	17/04/2017
Limite para submissão eletrônica das propostas na página do SISC&T e na Plataforma Montenegro	Até as 23h59 (horário de Brasília) do dia 02/06/2017
Limite para entrega da documentação complementar na Funcap	Até as 17h00 do dia 09/06/2017
Divulgação dos Resultados na página da Funcap e início da contratação das propostas aprovadas	A partir do dia 01/09/2017

1.4 RECURSOS FINANCEIROS

As propostas aprovadas serão financiadas com recursos de capital, de custeio e de bolsas, no valor global estimado de R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais), sendo oriundos do:

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Av. Oliveira Paiva, 941, Fortaleza/CE - Fax - 3275-7862
Tel: (85) 3101-2170 / 3275-9115 / 3275-2901
Site: www.funcap.ce.gov.br - Email: funcap@funcap.ce.gov.br

- **Decit/SCT/MS:** R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a serem repassados pelo CNPq, para despesas de capital e custeio, na proporção de 25% e 75%, respectivamente;
- **Funcap:** R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais), provenientes do Tesouro do Estado do Ceará, para despesas de capital, de custeio e bolsas.

1.4.1 Os projetos serão financiados de acordo com item 1.5 deste REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICOS.

1.4.2 As propostas deverão ser enquadradas pelos proponentes em uma das duas categorias:

Categoria A: projetos multicêntricos que envolvam necessariamente 3 (três) ou mais instituições distintas e sediadas no Estado do Ceará. As propostas submetidas nesta categoria poderão solicitar recursos financeiros de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Categoria B: projetos de pesquisa envolvendo até 2 (duas) instituições distintas e sediadas no Estado do Ceará. As propostas submetidas nesta categoria poderão solicitar recursos financeiros de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

1.5 Itens financiáveis

Os recursos da presente Chamada serão destinados ao financiamento de itens de custeio, capital e bolsas. Abaixo são relacionados os itens financiáveis em cada rubrica:

1.5.1 Custeio

- a) material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos e software;
- b) serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros pessoa física ou jurídica, de caráter eventual. Qualquer pagamento a pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com a Funcap, SESA, MS ou CNPq e destes não poderão demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição de execução do projeto;
- c) despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos; e
- d) passagens e diárias no país, exclusivamente para atividades de pesquisa, até o limite de 10% do valor total da proposta. Os valores de diárias devem obedecer ao estabelecido pela Funcap.

1.5.2 Capital

- a) material bibliográfico;
- b) equipamentos e material permanente, incluídas as despesas com instalações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos, devendo estas últimas serem solicitadas adequadamente como despesas de custeio. Despesas acessórias decorrentes dos processos de importação de equipamentos, se houver, devem obedecer a recomendação do item 1.5.7 desta Chamada e devem ser incluídas adequadamente como despesas de custeio.

Os itens de capital serão alocados na instituição de execução do projeto sob a responsabilidade, manutenção e guarda do Coordenador/Instituição de execução do projeto.

1.5.3 Bolsas (Tabela de Valores): O valor solicitado para bolsas não poderá ultrapassar o limite de 25% do valor total da proposta e será limitado aos recursos provenientes da Funcap. As condições de concessão são as seguintes:

- a) Poderão ser solicitadas Bolsas de Transferência Tecnológica-BTT até o limite de 25% (vinte e cinco) do valor total do projeto.
- b) As bolsas devem ser incluídas no item "Bolsas" do formulário de propostas *online* com o respectivo valor total. A quantidade, modalidade e valor correspondente a cada bolsa devem ser incluídos no orçamento detalhado do projeto impresso a ser encaminhado à Funcap.
- c) Bolsas, quando for o caso, serão concedidas na forma de quota ao proponente/coordenador do projeto. Caberá ao coordenador fazer as indicações dos bolsistas apenas após a assinatura do **Termo de Concessão e Aceitação de Auxílio a Projeto de Pesquisa**.
- d) A implementação das bolsas deverá ser feita utilizando-se a modalidade BTT (Bolsa de Transferência Tecnológica) da Funcap, obedecendo aos requisitos, prazos, valores e critérios estipulados pela Funcap, que estão indicados em <http://www.funcap.ce.gov.br>.
- e) A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto (24 meses). Nesse período serão permitidas substituições de bolsistas, desde que plenamente justificadas pelo coordenador do projeto e respeitados os prazos estabelecidos pela Funcap.
- f) As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, nem para a execução de atividades administrativas.

1.5.4 Não são permitidas despesas com:

- a) construção e reformas de imóveis;
- b) pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);
- c) despesas de rotina tais como: contas de luz, água, telefone, correios, reprografia e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- d) pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, conforme determina a Lei vigente, bem como as normas da Funcap, disponíveis no endereço eletrônico www.funcap.ce.gov.br;
- e) pagamento de taxas de administração ou gestão, a qualquer título, conforme preconiza o Inciso I, do Art. 52 da Portaria Interministerial nº 507/2011;
- f) terceirização das atividades básicas de pesquisa, como, por exemplo, delineamento experimental, análise de dados, elaboração de relatórios, ou o pagamento de membros da equipe por tais atividades;
- g) qualquer tipo de remuneração ao coordenador ou proponente da pesquisa e coordenador de campo;
- h) passagem aérea/terrestre e diária para participar de congressos, seminários ou outros eventos científicos nacionais ou internacionais.

1.5.5 As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida.

1.5.6 Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas da Funcap disponíveis no endereço www.funcap.ce.gov.br.

1.5.7 Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de 18% (dezoito por cento) do montante previsto para tais gastos. A Funcap não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

1.6 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do **Termo de**

Concessão e Aceitação a Projeto de Pesquisa, prorrogável, mediante apresentação de justificativa, condicionada à vigência do Convênio firmado entre Funcap e CNPq.

2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade indicados a seguir são obrigatórios. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará na desclassificação da proposta.

2.1 QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE EXECUTORA:

2.1.1 Quanto ao proponente:

- a) ser pesquisador Doutor atuante na área;
- b) ser obrigatoriamente o coordenador da pesquisa;
- c) ser responsável pela gestão financeira e técnica da pesquisa;
- d) ter seus dados cadastrados e atualizados na Plataforma Lattes/currículo, disponível no endereço <http://lattes.cnpq.br/>;
- e) ter produção científica ou tecnológica relevante, nos últimos cinco anos, na área específica do projeto de pesquisa;
- e) possuir vínculo funcional/empregatício com universidades, institutos, centros, fundações de pesquisa e desenvolvimento e demais órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional; empresas públicas ou sociedades de economia mista, de qualquer esfera do governo, e organizações privadas sem fins lucrativos, sediadas no próprio Estado do Ceará;
- f) não ser membro do Comitê Gestor do Programa PPSUS-CE.

2.1.2 Quanto à Equipe Executora:

- a) pode ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores;
- b) deve ser composta por, no mínimo, mais um membro de mesma titulação do coordenador;
- c) todos os membros pesquisadores da equipe técnica deverão ter seus currículos cadastrados e atualizados na Plataforma *Lattes*/currículo. Esta exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros;

d) Somente deverão ser incluídos em um projeto, pesquisadores, técnicos e instituições colaboradoras que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

2.1.3 Serão preferencialmente apoiadas as propostas que envolverem parcerias interinstitucionais, integrando ações do poder público, como secretarias municipais de saúde, do setor produtivo e da sociedade civil.

2.1.4 No caso de participação de empresa, a mesma deve apresentar um termo de compromisso, expondo o interesse pelo projeto e o detalhamento de sua contrapartida.

2.1.5 Serão preferencialmente apoiadas as propostas que envolverem instituições localizadas e atuantes em municípios no interior do estado do Ceará.

2.2 QUANTO À PROPOSTA:

2.2.1 O projeto deve estar claramente caracterizado como pesquisa científica, tecnológica ou de inovação.

2.2.1.1 Excepcionalmente, projetos cujo objetivo principal seja de avaliação de resultados e/ou políticas públicas resultantes de editais passados do programa PPSUS no Estado do Ceará, também poderão ser consideradas.

2.2.2 As propostas deverão ser apresentadas na forma de projeto de pesquisa e o orçamento deve respeitar o limite estabelecido de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em caso de projetos multicêntricos, ou de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), caso contrário. O Formulário online do SISC&T conterà campos de texto para o preenchimento das seguintes informações sobre o projeto, de forma a permitir sua adequada análise por parte da Comissão de Especialistas (o item (t) sendo obrigatório para os projetos que se enquadram no item 1.2.5.1 deste REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS):

- a) título do projeto e faixa em que ele se enquadra;
- b) dados da instituição executora;
- c) instituições colaboradoras;
- d) dados do Coordenador – CPF, endereço, endereço eletrônico e telefone de contato;
- e) especificação das instituições, pesquisadores com CPF e empresas (quando for o caso) envolvidas e das respectivas atividades a serem desempenhadas por cada uma delas, bem como do tempo de dedicação ao projeto;

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Av. Oliveira Paiva, 941, Fortaleza/CE - Fax - 3275-7862

Tel: (85) 3101-2170 / 3275-9115 / 3275-2901

Site: www.funccap.ce.gov.br - Email: funccap@funccap.ce.gov.br

- f) identificação da equipe técnica com CPF e descrição de suas qualificações;
- g) identificação do tema e linha temática;
- h) identificação da macro região onde o projeto se aplica;
- i) resumo do projeto e palavras-chave;
- j) introdução;
- k) justificativa(s) para realização do projeto e sua aplicabilidade para o SUS;
- l) objetivo(s) geral(is) e específico(s);
- m) metodologia e cronograma de execução das atividades previstas para o desenvolvimento da pesquisa;
- n) resultados, produtos, avanços e aplicações esperadas;
- o) orçamento detalhado da proposta, com a discriminação dos gastos de custeio e capital, devidamente justificados;
- p) existência de financiamento de outras fontes;
- q) referências bibliográficas mais relevantes;
- r) especificação dos indicadores de avaliação do andamento do projeto de pesquisa;
- s) existência de interesse e participação do setor produtivo de modo a assegurar efetiva transferência tecnológica, se for o caso.
- t) **detalhamento e justificativas das diferenças entre a presente proposta e projeto já financiado nas Chamadas 07/2013 e 11/2013 – PPSUS-FUNCAP/SES/MS/CNPq, se for o caso, ou seja, se o proponente for coordenador de projeto, ou participe da equipe como pesquisador do projeto aprovado em uma dessas duas Chamadas.**

2.2.3 As propostas deverão atender às linhas temáticas listadas no quadro abaixo, estabelecidas com base nos resultados da “Oficina de Prioridades para a Edição do PPSUS 2015/2016”, realizada nos dias 05 e 06 de Agosto de 2015, em Fortaleza. A seleção das linhas para esta Chamada visa orientar o fomento para a indução seletiva de projetos destinados à produção de conhecimentos e de metodologias ou meios processuais inovadores para a superação de problemas que efetivamente demandam atividades de pesquisa e não podem ser enfrentados apenas por uma combinação de meios de intervenção já existentes.

Temas	Linhas Temáticas
Doenças Transmitidas por Vetores, Doenças Exantemáticas, Doenças Emergentes, Reemergentes e de Transmissão Ambiental, Zoonoses	Linha 1 - Estudos de diagnóstico, vigilância, prevenção e controle, com ênfase em arbovírus (Zika, Chikungunya e Dengue);
	Linha 2 - Comprometimento neurológico secundário às doenças infecciosas, com ênfase em Zika vírus.

Temas	Linhas Temáticas
Estudo da magnitude das reações adversas, recidivas e da resistência medicamentosa nas doenças transmissíveis crônicas	Linha 1 - Hanseníase, Tuberculose, Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS/HIV), Leishmaniose e Doença de Chagas: eventos adversos e impacto na resposta;
	Linha 2 - Desenvolvimento de indicadores para a vigilância das recidivas e da resistência medicamentosa das doenças transmissíveis crônicas de grande prevalência no Estado;
	Linha 3 - Marcadores epidemiológicos de resposta terapêutica, prognóstica e de impacto no custeio do tratamento das doenças transmissíveis crônicas.
Novas tecnologias em vigilância epidemiológica: georreferenciamento e tecnologias móveis digitais em tempo real	Linha 1 - Automatização de análise de dados e painel de monitoramento de indicadores de saúde;
	Linha 2 - Georreferenciamento e análises de dados espaciais para a melhoria da qualidade da informação em saúde;
	Linha 3 - Vigilância participativa: ferramentas tecnológicas móveis para acompanhamento e informação do perfil epidemiológico da população.
Estudo da morbimortalidade e perfil epidemiológico das principais doenças não transmissíveis do estado do Ceará	Linha 1 - Marcadores epidemiológicos, clínicos, moleculares e terapêuticos para diagnóstico precoce das neoplasias;
	Linha 2 - Implicações das desigualdades socioeconômicas no perfil epidemiológico da população: fatores macro e microestruturais da morbimortalidade por causas;
	Linha 3 - Determinantes epidemiológicos e marcadores diagnósticos, terapêuticos e prognósticos nas doenças cardiovasculares, distúrbios metabólicos, nutricionais e do desenvolvimento nos diversos grupos populacionais.
Promoção da saúde relacionada à segurança do paciente/usuário	Linha 1 - Educação permanente para aprimoramento da preceptoria e profissionais de saúde;
	Linha 2 - Letramento em saúde e o desenvolvimento de novas tecnologias;
	Linha 3 - Percepção dos usuários quanto aos riscos relacionados aos efeitos colaterais e contraindicações de medicamentos.
Avaliação e promoção da saúde relacionada à morbimortalidade por causas externas e doenças crônicas	Linha 1 - Fatores determinantes dos principais agravos;
	Linha 2 - Estudos sobre a organização urbana como determinante social para enfermidades;
	Linha 3 - Avaliação e implementação dos programas de prevenção.
Avaliação da implantação e implementação de redes de atenção à saúde	Linha 1 - Avaliação das diretrizes de resolubilidade e acessibilidade às redes de atenção à saúde;
	Linha 2 - Promoção em saúde relacionada aos transplantes nas redes de atenção;

Temas	Linhas Temáticas
	Linha 3 - Investigar fatores de risco nas redes de atenção aos pacientes acometidos por Acidente Vascular Encefálico (AVE) e otimizar a integração entre os níveis de saúde dos pacientes com recorrência de AVE.
Hanseníase, Tuberculose, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), HIV/AIDS e Hepatites Virais	Linha 1 - Estudos de diagnóstico clínico e laboratorial, resistência medicamentosa, adesão ao tratamento, co-infecção e transmissão vertical.
Qualidade dos programas e serviços de saúde na perspectiva dos diferentes seguimentos	Linha 1 - Avaliação qualitativa da qualidade da atenção em diferentes níveis do sistema de saúde (primária, secundária e/ou terciária);
	Linha 2 - Estudos sobre inovações voltadas ao acesso e seguimento nos serviços de saúde.
Estudos de custo-efetividade de novas tecnologias em saúde	Linha 1 - Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS);
	Linha 2 - Estudo de desenvolvimento tecnologias que favoreçam o incremento de registros e notificação de doenças crônicas não transmissíveis.
Práticas gerenciais baseadas em evidências científicas para a gestão e integração nos sistemas de saúde	Linha 1 - Avaliação das práticas gerenciais como estratégia de gestão eficiente, eficaz e efetiva;
	Linha 2 - Avaliação e validação de tecnologias para monitoramento de doenças crônicas não transmissíveis.
Avaliação de Impacto a Saúde (AIS) de grandes empreendimentos	Linha 1 - AIS decorrentes de grandes empreendimentos;
	Linha 2 - Impactos dos grandes empreendimentos na saúde dos trabalhadores;
	Linha 3 - Efeitos das desigualdades de poder no enfrentamento dos problemas ambientais: confronto entre Estado, empresas e trabalhadores.
AIS decorrentes da exposição a agrotóxicos e afins, inclusive aqueles utilizados em ações de saúde pública	Linha 1 - Avaliação dos efeitos da exposição ocupacional e/ou ambiental a múltiplos ingredientes ativos de agrotóxicos;
	Linha 2 - Avaliação do modelo de controle de endemias baseado no uso de agrotóxicos e afins;
	Linha 3 - Estudos sobre a percepção social do risco decorrentes da exposição aos agrotóxicos e afins.
Intoxicações agudas	Linha 1 - Estudos sobre prevenção, diagnóstico e tratamento;

Temas	Linhas Temáticas
ou crônicas devido à exposição às substâncias químicas tóxicas e radioativas contaminantes do meio ambiente, ambiente de trabalho e alimentos	<p>Linha 2 - Avaliação da Vigilância em Saúde das Intoxicações devido à exposição a substâncias químicas tóxicas e radioativas;</p> <p>Linha 3 - Perfil da exposição aos principais agentes tóxicos causadores de intoxicações agudas e/ou crônicas relacionados aos processos produtivos.</p>

2.2.4 Quanto às permissões/exigências legais:

- Os projetos que envolvam pesquisa clínica, epidemiológica ou experimental com seres humanos e/ou animais, devem conter uma seção sobre seus aspectos éticos, **devendo ser anexado comprovante de submissão ou parecer do comitê de ética em pesquisa credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)**, conforme os termos da Portaria 466/12, do Conselho Nacional de Saúde;
- Conforme legislação em vigor, projetos que envolvam experimentos com organismos geneticamente modificados devem informar o número de registro e data da publicação do certificado de qualidade em biossegurança;
- Demais autorizações/permissões de caráter ético ou legal, que se façam necessárias, deverão ser providenciadas pelo coordenador do projeto.

2.3 Quanto à documentação complementar impressa:

A proposta, finaliza somente com a entrega da documentação complementar impressa completa, que deverá conter os seguintes itens:

- cópia impressa do projeto de pesquisa submetido eletronicamente no SISC&T (para a impressão, utilizar o comando “visualizar todo o projeto” após o preenchimento do Formulário online) e Formulário de submissão impresso diretamente da Plataforma Montenegro;
- cópia impressa do *curriculum vitae* do Coordenador, no modelo *Lattes*, com destaque para a produção científica dos últimos 05 (cinco) anos;
- cartas de anuência de outros pesquisadores doutores integrantes da equipe quanto à sua participação no projeto;
- carta de anuência de todas as instituições participantes: executoras e colaboradoras, quanto à disponibilidade de infraestrutura adequada e cobertura de gastos não previstos neste Edital, necessários à execução do projeto;

- e) cópia do protocolo de submissão do projeto ao comitê de ética em pesquisa e de outras autorizações/permittões de caráter ético ou legal, quando for o caso, conforme descrito no item 2.2.4 deste REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.
- f) documento com detalhamento e justificativas das diferenças entre a presente proposta e projeto já financiado nas Chamadas 07/2013 e 11/2013 - PPSUS-FUNCAP/SESA/MS/CNPq, **(documento necessário apenas se o proponente for coordenador, ou participe da equipe como pesquisador, de projeto já aprovado nas Chamadas 07/2013 e 11/2013).**

3. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

Estão listados abaixo os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária.

3.1 Análise de mérito técnico-científico:

Critérios de análise e julgamento		Conceitos
A	Critérios de mérito técnico-científico: <ul style="list-style-type: none"> • Originalidade e caráter de inovação; • Viabilidade técnica de execução do projeto; • Cumprimento dos aspectos éticos em pesquisa. 	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 30 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 20 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 15 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 10 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
B	Aplicabilidade ao SUS: <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição para o aprimoramento e consolidação do SUS; • Relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico da UF; • Benefícios potenciais para a respectiva área de conhecimento; • Estímulo ao ensino, pesquisa, extensão e educação permanente em saúde. 	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 20 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 10 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 05 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
C	Critérios gerenciais e financeiros: <ul style="list-style-type: none"> • Coerência do orçamento com os objetivos, atividades e resultados propostos; • Compatibilidade da infraestrutura e dos recursos humanos para o desenvolvimento da proposta; • Coerência dos itens orçamentários solicitados com o valor de mercado. 	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 08 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 04 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
D	Critério de expansibilidade da pesquisa: <ul style="list-style-type: none"> • Expansibilidade, possibilidade de futuros desdobramentos que extrapolem o objetivo inicial da pesquisa, usando como base a tecnologia ou a metodologia apresentada na pesquisa. 	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 08 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 04 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto

E	Critérios de cooperação científica: <ul style="list-style-type: none"> Cooperação com grupos internos e/ou externos à UF; Intersectorialidade e transdisciplinaridade da pesquisa. 	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 20 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 10 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 05 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
		Total: 100 pontos

3.2 Análise de relevância:

Critérios de análise e julgamento		Conceitos
A	Aplicabilidade socio sanitária dos resultados: <ul style="list-style-type: none"> Contribuição para a superação das desigualdades. estaduais/regionais no âmbito da atenção à saúde; Melhoria dos indicadores de saúde na região; Impacto positivo nas condições de saúde e/ou na qualidade de vida da população. 	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 30 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 20 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 15 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 10 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
B	Consonância com a situação de morbimortalidade relacionada ao agravo a ser pesquisado.	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 07 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 05 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 03 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
C	Capacidade de respostas às lacunas de conhecimento sobre o tema.	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 08 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 04 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
D	Consonância com a política nacional e estadual de Saúde	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 07 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 05 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 03 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
E	Consonância com as prioridades de pesquisa em saúde do Estado do Ceará	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 05 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 03 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 02 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 01 ponto <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
F	Clareza dos benefícios esperados e impactos (científico, tecnológico, econômico, social e ambiental) para transformação social.	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 10 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 07 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 05 pontos <input type="checkbox"/> Pouco consistente – 03 pontos <input type="checkbox"/> Inconsistente – 0 ponto
G	Possibilidade de incorporação dos resultados em curto e médio prazo na gestão e/ou atenção em saúde	<input type="checkbox"/> Muito Bom – 20 pontos <input type="checkbox"/> Bom – 15 pontos <input type="checkbox"/> Regular – 10 pontos

	() Pouco consistente – 05 pontos () Inconsistente – 0 ponto
	Total de pontos: 100

4. ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO FINAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1 A execução dos projetos aprovados será acompanhada por meio de relatórios técnicos parciais (anuais), de visitas *in loco* de técnicos ou consultores do Comitê Gestor, e da participação dos Coordenadores nos Seminários (parcial e final) de Acompanhamento e Avaliação do PPSUS-CE, organizados anualmente pela SESA e pela Funcap.

4.2 Quando solicitado o Coordenador deverá preencher formulário de avaliação e acompanhamento do projeto de pesquisa aprovado e enviá-lo a Funcap antes da realização dos Seminários de Acompanhamento e Avaliação do PPSUS-CE.

4.3 O coordenador da pesquisa deverá realizar pessoalmente a apresentação dos resultados parciais e finais nos Seminários de Acompanhamento e Avaliação. Em caso de impossibilidade de comparecimento, o coordenador deverá justificar o motivo da ausência e indicar um componente da equipe, com a mesma titulação, para realizar a apresentação.

4.4 Caso o Coordenador não atenda ao disposto no item 4.3 o mesmo ficará inadimplente junto à Funcap, devendo submeter justificativa formal a ser analisada pelo Comitê Executivo dessa Fundação em **até 30 dias** após a realização do Seminário. **Frente ao não cumprimento deste item, o Coordenador poderá ter o projeto cancelado e ser impedido de concorrer a novas chamadas da Funcap.**

4.5 Nos Seminários de Acompanhamento e Avaliação, parcial e final, os Coordenadores convocados deverão apresentar as atividades desenvolvidas e resultados alcançados, a fim de que estes sejam avaliados por especialistas indicados pelo Comitê Gestor, que emitirão pareceres e recomendações a serem seguidas. **Em se tratando das avaliações parciais, poderão indicar a continuação ou não do projeto.** Ao final da vigência, os Coordenadores devem elaborar um artigo científico, de acordo com as normas da ABNT, apresentando os principais resultados da pesquisa e encaminhar à SESA por meio digital e impresso.

4.6 Após o Seminário Final de Avaliação, os representantes da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará no Comitê Gestor apresentarão ao Ministério da Saúde e ao CNPq um relatório contendo análise dos resultados/produtos dos projetos aprovados, descrevendo seu potencial de utilização/incorporação

no sistema e serviços de saúde, bem como sua capacidade de dar resposta aos problemas relacionados à organização dos serviços e à atenção prestada à população do Estado.

4.7 Em conformidade com o Termo de Concessão e demais normas da Funcap, o Coordenador do projeto deverá encaminhar, em Formulário específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do projeto, os seguintes documentos:

- a) O relatório técnico-científico final, elaborado no formato especificado pelo PPSUS, apresentando os principais resultados, conclusões e produtos obtidos com ênfase na sua utilização para o SUS;
- b) A prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de Prestação de Contas disponíveis no endereço eletrônico (www.funcap.ce.gov.br).

4.8 Todas as pesquisas financiadas pelo Ministério da Saúde estarão disponíveis no banco de dados Pesquisa Saúde, acessível por meio do endereço eletrônico: <http://pesquisasaude.saude.gov.br/bdg/decit>. Para tanto, é **item obrigatório a todos os coordenadores de pesquisa preencherem o relatório disponível no link: <http://portal2.saude.gov.br/sisct/login.cfm>** ao término do seu projeto, o qual se constituirá na fonte de informação e divulgação do estudo realizado.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

5.1 Sobre o conteúdo da Chamada

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço: ppsus@funcap.ce.gov.br.

5.2 Sobre o preenchimento do Formulário de Proposta Online

O atendimento a proponentes com dificuldades no preenchimento do Formulário de Propostas *online* será feito através de correspondência eletrônica para o e-mail: sisct@saude.gov.br.

Fortaleza, 12 de abril de 2017